



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

**CONTRIBUIÇÕES AO MÉTODO DA ECONOMIA POLÍTICA  
PARA O ESTUDO DAS POLÍTICAS PARA O TRABALHO DO  
PEDAGOGO NO ESTADO DO PARANÁ**

**CONTRIBUCIONES DEL MÉTODO DE LA ECONOMÍA POLÍTICA  
PARA EL ESTUDIO DEL TRABAJO DEL PEDAGOGO EN EL  
ESTADO DE PARANÁ**

**CONTRIBUTIONS TO THE METHOD OF POLITICAL ECONOMY  
FOR THE STUDY OF THE DEPUTY HEADSTEACHER'S WORK  
IN THE STATE OF PARANÁ**

Cristhyane Ramos Haddad  
Universidade Tuiuti do Paraná - Brasil  
E-mail: crsrhaddad@hotmail.com

Araci Jost  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Brasil  
E-mail: aracijost@hotmail.com

Eixo temático 3: Metodologias para a análise e pesquisa de Políticas  
Educativas

**Resumo:** A presente comunicação apresenta contribuições elaboradas por Karel Kosik, Adolfo Sanches Vázquez e Álvaro Vieira Pinto ao método da economia política o qual possibilitou a Karl Marx desvelar o modo de existência capitalista e que desde então tem recebido importantes aprofundamentos e possibilitado a investigação do real. Trata-se, de estudo teórico sobre os processos, os instrumentos para a leitura da realidade educacional, da formação e trabalho dos pedagogos no Estado do Paraná. Para tal, incursiona-se pela produção dos dois intelectuais marxistas com a finalidade de colher aprofundamentos, formulados pelos dois intelectuais sobre o tema em pauta. A finalidade é contribuir para os aprofundamentos teórico - metodológicos da pesquisa educacional e realizar a própria pesquisa conforme esse método. O estudo teórico realizado sobre o método de pesquisa está pautado nos fundamentos do Materialismo Histórico Dialético e pode contribuir aos estudos sobre o trabalho dos pedagogos.

**Palavras-chave:** Método de pesquisa. Formação. Políticas para o trabalho do pedagogo.

**Resumen:** Esta comunicación presenta contribuciones, elaboradas por Karel Kosik, Adolfo Sanches Vázquez y Álvaro Viera Pinto, al método de la economía política que posibilitó a Karl Marx poner de manifiesto el modo de existencia capitalista y que desde entonces ha recibido importantes profundizaciones que posibilitaron la investigación de lo real. Se trata de un estudio teórico sobre los procesos, los instrumentos para la lectura de la realidad educativa, de la formación y del trabajo de los pedagogos en el Estado de Paraná. Para ello, se centra en la producción de dichos intelectuales marxistas con el fin de cosechar profundizaciones, formuladas por los dos



intelectuales sobre el tema propuesto. La finalidad es contribuir con la profundización teórico-metodológica de la investigación educativa y realizar una investigación propia orientada por el método. El estudio teórico llevado a cabo se pauta en los fundamentos del Materialismo Histórico y Dialéctico y puede contribuir en los estudios sobre el trabajo de los pedagogos.

**Palabras-clave:** Método de investigación. Formación. Trabajo del pedagogo.

**Abstract:** This communication introduces contributions made by Karel Kosik, Adolfo Sanches Vázquez and Álvaro Vieira Pinto to the method of political economy which enabled Karl Marx to unveil the capitalist mode of existence and which has ever since received important insights and enabled the investigation of the real. It concerns the theoretical study about the processes, the tools for reading the educational reality, and training and work of pedagogues in the State of Paraná. To this, we go through the production of the two intellectual Marxists in order to obtain in-depth work, made by them on the topic at hand. The purpose is to contribute to the theoretical and methodological insights of the educational research and carry out the research itself according to this method. The theoretical study about the research method is guided in the fundamentals of Dialectical and Historical Materialism and can contribute to studies about the work of pedagogues.

**Keywords:** Method of research. Training. Work of pedagogues.

## Introdução

O presente texto apresenta as contribuições do método do materialismo histórico dialético para a compreensão da realidade. A dialética se propõe chegar à compreensão da realidade, destruindo a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade. A realidade se apresenta aos homens num primeiro momento como senso comum, aparecendo como uma realidade “concreta.” Isso se dá por que o empírico se manifesta por meio de uma realidade fetichizada. Assim, a questão do método coloca-se como ponto central para a análise do fenômeno em suas múltiplas determinações. É preciso desvendar essa práxis fragmentária e unilateral, em busca da práxis como uma atividade consciente objetiva.

Nesse sentido, o presente estudo busca a explicitação do materialismo histórico dialético como método que possibilita historicizar o fenômeno considerado na sua base real que, segundo Marx, a existência de suas múltiplas e variadas determinações não impedem que a conheçamos. É através da análise dessas múltiplas determinações, que o conhecimento vai se delineando num processo de síntese como concreto pensado, se constituindo



como ponto de chegada. O concreto é, também, considerado por Marx como o verdadeiro ponto de partida. As categorias de análise do método são explicadas ao longo do texto, precisando o conceito de totalidade em seus nexos e contradições com as particularidades do fenômeno pesquisado.

Para isto recorre-se as contribuições elaboradas por Karel Kosik, Adolfo Sanches Vázquez e Alvaro Vieira Pinto. Num segundo momento analisa-se as contribuições do método do materialismo histórico dialético para a interpretação das políticas para a formação e para o trabalho dos pedagogos no estado do Paraná.

### **O processo de investigação segundo o materialismo histórico dialético**

A dialética trata da “coisa em si”, ou seja, da realidade, mas essa realidade não se manifesta imediatamente ao homem, para chegar a sua compreensão é necessário fazer um *détour*. O *détour* é o único caminho acessível para chegar a verdade, neste sentido, é que afirma-se que a realidade não se apresenta aos homens a primeira vista é necessário realizar esse *détour*, percorrer o caminho na busca da verdade, na busca do conhecimento da realidade. A lógica dialética, portanto, propõe-se a pensar a realidade nas suas contradições, no seu movimento, ou seja, é o movimento do pensamento para compreender a realidade, um esforço para entender as relações existentes da realidade, isso é apreender a totalidade. (KOSIK, 1976).

A realidade se apresenta de início ao homem como práxis utilitária imediata, no plano do que se costuma chamar de senso comum e neste sentido não proporciona ao homem a compreensão das coisas e da realidade. É uma práxis unilateral e fragmentária, constituindo-se no mundo da pseudoconcreticidade. (KOSIK, 1976).

É necessário superar essa práxis fragmentária e unilateral, em busca da práxis como atividade consciente objetiva, superando o caráter estritamente utilitário. Neste sentido a práxis não é somente a interpretação do mundo mas também elemento do processo de transformação. (VÁZQUEZ, 2011).



A consciência comum da práxis necessita ser superada para que o homem possa transformar de forma criadora, isto é revolucionariamente a realidade. Para a consciência simples a vida é prática no sentido prático-utilitário, o homem prático vive em um mundo de necessidades, objetos e atos práticos que se impõe como algo natural. Na consciência simples, comum o pensamento e a ação, a teoria e a prática, se separam. (VÁZQUEZ, 2011).

A consciência filosófica é caracterizada por ser unitária, coerente, articulada, intencional e por possibilitar a visão da totalidade das relações. A consciência filosófica é o saber científico que possibilita ao homem compreender a realidade como um todo estruturado, dialético no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido.

Mas a consciência filosófica só é alcançada historicamente, quando a própria práxis, isto é, a atividade prática material, chega a um ponto de desenvolvimento em que o homem atua e transforma de forma criadora, isto é revolucionariamente o mundo. (VÁZQUEZ, 2011).

Na concepção de Marx o homem é um ser ativo e criador, prático que transforma o mundo não somente em sua consciência, mas também em sua prática. O homem na produção de sua própria vida agindo sobre a natureza a transforma e a humaniza e neste mesmo sentido se desenvolve enquanto homem e se hominiza. A formação de sua consciência não é algo natural, que já está dado, mas sim um processo social e histórico. (SAVIANI, 2007).

O processo de hominização depende da produção da existência, pois ao transformar a natureza pelo trabalho o homem transforma a si mesmo, mas esta ação nunca é individual, é sempre social. A ciência como produto da atividade criadora do homem, é um produto da hominização e só pode aparecer nas fases superiores desse processo. A origem da ciência está, portanto, na necessidade da investigação aprofundada da natureza. Essas condições dizem respeito as formas de relações produtivas que o homem foi conseguindo travar com a natureza, e que se denomina trabalho. O trabalho é o modo pelo qual o homem começa a produzir o mundo para si e as condições de que precisa para viver. (PINTO, 1979).



Isso significa que o homem não nasce homem, ele forma-se homem e ao longo do processo histórico a organização dos homens na coletividade assume diferentes formas. Nas comunidades primitivas por exemplo os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações, não havia a divisão de classes, os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse processo. (SAVIANI, 2007).

No entanto, com o desenvolvimento da produção iniciou-se um processo de divisão do trabalho e a apropriação privada da terra o que provocou a ruptura da unidade que era vigente nas comunidades primitivas. Isso gerou a divisão dos homens em classes: a classe dos proprietários e a dos não proprietários. (SAVIANI, 2007).

Marx (1996) constata que o trabalho pode adquirir duas dimensões: como processo de alienação do trabalhador ou de humanização. O trabalho como alienação está ligado à sociedade fundada sobre a propriedade privada dos meios de produção e sob a divisão do trabalho em material e espiritual (ou intelectual).

Com a divisão do trabalho, fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material- a fruição e o trabalho, a produção e o consumo- caibam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem esses elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada (MARX, 1996, p.45).

Com a divisão do trabalho dá-se ao mesmo tempo a distribuição, e com efeito a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade (MARX, 1996,p.46)

Esta divisão do trabalho produz a divisão dos homens em diferentes classes sociais, ou seja, os que detêm os meios de produção material (classe dominante) e os que apenas possuem sua força de trabalho para vender e manter a sua subsistência material (classe dos trabalhadores). Cada uma destas classes tem seus interesses particulares: a classe dominante de manter-se no poder através de sua hegemonia, e a classe dominada a de reverter a situação de dominação. Para garantir a hegemonia, a classe



dominante produz uma ideologia e transforma as suas ideias como fruto do interesse comum de todos.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. (MARX, 1996, p.72).

O trabalho na perspectiva da humanização ao contrário do trabalho como expropriação ou degradação do trabalhador, promove a emancipação do homem à medida que este processo é um ato de autocriação, ou seja, nesse processo o trabalho material e intelectual estão associados, o produto não está separado do produtor como ocorre nas relações capitalistas de produção marcadas pela expropriação e alienação do trabalhador. Neste processo a consciência do homem vai sendo construída nas relações sociais e materiais da produção da vida.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX, 1996, p.27).

No processo de produção da vida material os homens utilizam os instrumentos de trabalho que dispõem para a satisfação de suas necessidades. Este homem é um sujeito real, fruto de condições históricas e sociais, e para compreendê-lo é necessário partir da análise da realidade concreta em sua historicidade e totalidade.

Mas a grande questão que se apresenta a esse homem é compreender essas relações que o dominam e acima de tudo achar a resposta de como transformá-las. Para isso ele terá que compreender que o mundo que se manifesta á ele inicialmente é uma práxis fetichizada, não é o mundo real, mas



sim o mundo da aparência. Desta forma, a grande questão que se apresenta a ele é: como superar essa visão fetichizada e transformar a realidade existente? O marxismo como uma filosofia revolucionária objetiva promover a ação transformadora da realidade.

Pinto (1979) destaca que há duas linhas de construção filosófica, e que toda teoria da realidade corresponde a uma lógica: as metafísicas e as dialéticas. A metafísica corresponde à lógica formal, neste caso o mundo é formado por coisas definidas, portadoras por essências estáticas. Já a lógica dialética compreende o mundo em seu processo de transformação, em seu movimento. A realidade é tomada enquanto processo, e é pela contradição que podemos compreender a realidade.

Duas grandes linhas de construção filosófica se abriram ao espírito que pretendia traçar o quadro interpretativo da realidade:

De um lado acreditou-se que o pensamento constituiu um reino original e irreduzível por essência ao da realidade material circundante. Neste caso as idéias têm existência absoluta.

De outro lado estaria a concepção que admitem serem as idéias o reflexo, no plano da organização nervosa superior, das realidades e leis dos processos que passam no mundo exterior, os quais não dependem do pensamento tem suas leis específicas, de modo que só compete a reflexão racional apoderar-se das determinações existentes e dar-lhes expressões abstrata, universalizada que se chamará então de idéias e proposições. Esta segunda posição reveste-se dos caracteres de máxima racionalidade quando se apresenta de forma de interpretação da realidade chamada dialética. Nesta atitude, não somente se admite que as idéias são formadas pela capacidade de reflexão consciente do mundo possuída pelo homem, porém, ademais, se aceita que no ato da captação subjetiva da realidade o pensamento é levado a criar idéias gerais, denominadas categorias (PINTO, 1979, p.64).

A dialética, neste sentido, é o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si e, sistematicamente, se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade.

Para desvendar a realidade é necessário captar o movimento da coisa, ou seja, o fenômeno a ser investigado, o que exige a captação das relações existentes na realidade social dos homens. Desta forma, a realidade não é mais naturalizada como ocorre com a lógica metafísica, mas historicizada, pois é considerada como produto da práxis humana. Captar o fenômeno significa



indagar e descrever como ele se manifesta no seu movimento ao longo da história. (KOSIK, 1976).

O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos reais fixados, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, essa é a diferença que se apresenta entre a lógica dialética e a lógica metafísica. “A destruição da pseudoconcreticidade se efetua como crítica revolucionária da práxis da humanidade com o processo de humanização do homem”. (KOSIK, 1976, p.19).

Marx (1996) ressalta que os homens, ao desenvolverem sua produção material, transformam sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre do processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX, 1996, p.37).

Não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão. É preciso submeter o fenômeno ao exame das categorias do método dialético. O sentido do exame está no fato de que, no seu movimento em espiral, ele chega a um resultado que não era conhecido no ponto de partida. Da caótica e imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos ricamente articulado e compreendido, considerando a totalidade da multiplicidade das determinações e das relações que coincide com a realidade (KOSIK, 1976).

O todo não é imediatamente conhecido para o homem, pois lhe é dado inicialmente de forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Para que se possa conhecer e compreender este todo, torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um détour, onde o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato (KOSIK, 1976).





O caminho entre a “caótica representação do todo” e a “rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações” coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação da opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo possa torná-lo claro e explicá-lo o homem tem que fazer um *détour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (KOSIK, 1976, p.36).

Este método, segundo Kuenzer (2005), realiza um movimento que parte da apreensão em um primeiro nível de abstração composta pela empíria e imediata representação do real. No entanto, o ponto de chegada possibilitará formulações conceituais cada vez mais abstratas que, de volta ao empírico ponto de partida, possibilita a apreensão da totalidade a partir da dinâmica histórica. Em seu movimento em espiral o pensamento chega a um resultado não conhecido inicialmente, projetando novas descobertas.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. (MARX, 1859, p.18).

A passagem em espiral do abstrato ao concreto pensado é realizada pela mediação das categorias que são conceitos básicos que pretendem refletir os aspectos essenciais do real. O método dialético trabalha com as categorias da contradição, totalidade, mediação, reprodução, hegemonia, historicidade, luta de classes.

Conhecer a realidade significa compreender a totalidade dos determinantes que compõe um todo estruturado e dialético, no qual o fenômeno pode ser compreendido. Para a visão dialética todas as coisas e inclusive o homem estão em processo de transformação. Só é possível compreender a realidade interpretando-a não como situação estática, mas em permanente alteração. A contradição desempenha a função explicativa e



interpretativa do próprio movimento do real. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição. (PINTO, 1979).

Essa luta dos contrários se dá em condições objetivas, nas relações de produção que se estabelecem no trabalho entre os detentores dos meios de produção, e aqueles que se vêem obrigados a vender sua força de trabalho. A categoria da contradição é a base do método dialético, já a categoria totalidade justifica-se enquanto o homem não busca apenas uma compreensão particular do real, mas pretende uma visão que seja capaz de conectar dialeticamente um processo particular com outros processos. A totalidade só pode ser compreendida nas contradições, isto quer dizer que o conhecimento do real só pode ocorrer quando se conhece a dimensão social e histórica, e o homem passa a ser entendido como sujeito objetivo, histórico e social. A totalidade é a criação da produção social do homem. (KOSIK, 1976).

Na medida em que a totalidade concreta, enquanto totalidade do pensamento, enquanto concreto do pensamento é in fact um produto do pensamento, do ato de conceber; não é de modo nenhum, porém, produto do conceito que pensa e se gera a si próprio e que atua fora e acima da intuição e da representação; pelo contrário, é um produto do trabalho de elaboração, que transforma a intuição e a representação em conceitos. O todo, tal como aparece na mente como um todo do pensamento, é produto da mente que pensa e se apropria do mundo único modo que lhe é possível (MARX, 1859, p.19).

O homem é um ser social que age, pensa, sente como um sujeito social. O homem é, antes de tudo, aquilo que o seu mundo é. A realidade em que vive e a forma como se relaciona com os outros homens determina a sua consciência e interfere no modo de interpretar a sua própria existência. É preciso considerar o homem dentro do processo de produção e reprodução da própria vida social para compreender a constituição de sua consciência. O sujeito só conhece o mundo na proporção em que nele intervém ativamente, e só conhece a si mesmo mediante uma ativa transformação do mundo (KOSIK, 1976).

Neste sentido é possível afirmar que a totalidade é um conceito central que distingue a dialética da metafísica. Na filosofia materialista a categoria totalidade concreta é a resposta à pergunta: o que é a realidade. A totalidade



concreta é compreendida como um todo estruturado em curso de desenvolvimento “a totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p.44).

Marx (1996) parte do pressuposto de que os homens são sujeitos ativos, reais e históricos, e analisa o processo de produção da vida real. Sua concepção tem por base o desenvolvimento da produção material da vida que ao contrário da concepção do mundo sensível em Feuerbach, limita-se à contemplação da realidade como o objeto sensível e não como a atividade sensível.

Façamos abstração do fato de que ele concebe o homem apenas como “objeto sensível” e não como, “atividade sensível”, pois ainda permanece no reino da teoria e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que são; por isto mesmo, jamais chega até os homens ativos realmente existentes mas se detém na abstração “o homem” e apenas consegue reconhecer sentimentalmente o “homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece outras relações humanas” “entre o homem e o homem” senão as do amor e amizade sendo estas, além disso idealizadas (MARX, 1996, p.69).

A realidade é um complexo conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção da existência da vida, o problema reside na forma em que os bens materiais são distribuídos. A dialética materialista concentra a atenção no processo do trabalho pelo qual o sujeito concreto produz e reproduz a sua existência, ou seja, é pelo trabalho que o homem se objetiva e transforma a realidade e a si mesmo. (KOSIK, 1976).

Ao realizar o estudo sobre o método dialético torna-se fundamental esclarecer que há uma diferença entre a dialética de Hegel e a dialética de Marx, embora Marx tenha sido aluno de Hegel e tenha partido de seus estudos no entanto os superou na medida em que Marx realizou uma reviravolta na forma de ver as coisas, na forma de ver o mundo. O marxismo como uma filosofia de ação transformadora e revolucionária, inverteu a dialética de Hegel, que era uma dialética idealista, Marx ao contrário de Hegel passou a considerar como ponto fundamental de sua teoria a atividade prática, real, objetiva do homem como ser concreto e real, isto é como ser histórico-social. O marxismo



propõe desta forma a passagem da filosofia como interpretação da realidade, para a filosofia como teoria da transformação do mundo, da práxis. Para compreender melhor essa transformação será realizado um estudo a seguir aprofundando o pensamento de Hegel, Feuerbach e Marx.

A filosofia idealista alemã é uma filosofia da atividade, entendida como atividade da consciência ou do espírito. O fundador desse movimento idealista foi Kant. Para ele a consciência se estabelece como fundamento supremo, não só do conhecimento, como também da moral. Para Kant o sujeito é um sujeito abstrato à margem da história.

Para os idealistas a história do Espírito é a história real dos homens, e as experiências concretas, humanas e práticas ocorrem nessa história espiritual como momentos ou manifestações do próprio desenvolvimento do espírito.

Em Hegel o trabalho é compreendido como uma atividade meramente utilitária, como uma relação peculiar entre o homem e os objetos. Neste sentido a práxis material fica reduzida a uma atividade espiritual. O trabalho é para ele uma atividade prática material produtiva, mediante um processo em que o sujeito (o Espírito) vai se elevando até atingir a sua plena autoconsciência. Hegel enfatiza o papel do trabalho, da atividade prática, mas ignora a práxis social, a luta contra a opressão que Marx tempos mais tarde haveria de denunciar. A liberdade é para Hegel apenas uma questão de consciência, não se trata de uma luta real, pois o trabalho liberta o homem apenas espiritualmente. A ideia para Hegel é o conceito adequado, o verdadeiro objetivo, se algo possui verdade, a possui por meio de sua idéia, ou seja, algo possui verdade na medida em que é idéia. Para se chegar a verdade que é a Ideia Absoluta é necessário o conhecimento. (VÁZQUEZ, 2011).

Feuerbach faz a crítica a Hegel defendendo a substituição da Ideia Absoluta pelo homem real, que para Feuerbach já não é o Espírito, mas sim um sujeito real. No entanto, Feuerbach não vê o papel da práxis humana como atividade produtiva e transformadora da natureza, pois para ele a prática produtiva é meramente utilitária. A práxis humana não é compreendida por Feuerbach como atividade revolucionária dos homens no processo de



transformação das relações sociais, já que para ele a alienação do homem se dá na consciência e não na prática. E por fim a prática social para Feuerbach não pode servir de fundamento ao conhecimento, já que o sujeito não capta o objeto como é, mas sim de acordo com suas necessidades. Em sua teoria do conhecimento Feuerbach enfatiza a atividade dos sentidos, da sensação, por meio destes o objeto é contemplado pelo sujeito, tal relação se dá a margem da atividade prática dos homens. O materialismo de Feuerbach é um materialismo contemplativo. Ele avança em relação a Hegel, na medida em que coloca o sujeito verdadeiro, o homem e não o espírito, mas retrocede na medida em que a prática real humana continua sendo uma abstração. (VÁZQUEZ, 2011).

Marx desenvolveu onze teses em que ele aponta os equívocos de Feuerbach na interpretação da vida, da realidade, a seguir será realizada uma exposição sobre as principais teses a partir da leitura de Vázquez, 2011.

Na tese I “a práxis como fundamento do conhecimento” Marx critica o materialismo tradicional pois este em sua teoria do conhecimento apresentava uma visão de contemplação, com um papel passivo e inativo do sujeito. Marx aponta para a necessidade de substituir essa visão por uma concepção da realidade em que a atividade humana, a prática seja o ponto central para a interpretação da realidade. A superação do idealismo e do materialismo tradicional havia de consistir na negação da atitude contemplativa do materialismo tradicional, assim como negação da atividade em sentido idealista, especulativo. Para Marx a verdadeira atividade é revolucionária, crítico-prática, isto é transformadora e revolucionária.

Na tese II “a práxis como critério de verdade”: se a práxis é fundamento do conhecimento, isto é, se o homem apenas conhece o mundo na medida em que esse mundo é produto de sua atividade, isso significa que o problema da verdade objetiva, não é um problema que possa ser resolvido teoricamente. Isto é não se pode fundar a verdade de um pensamento se não se sai da própria esfera do pensamento, é na prática que se prova e se demonstra a verdade, a verdade não existe em si, no reino do pensamento, mas sim na prática. No entanto a prática não fala por si mesma e os fatos práticos têm de



ser analisados, interpretados, já que não revelam seu sentido à observação direta e imediata. O critério de verdade esta na prática, mas só é descoberto em uma relação propriamente teórica com a prática.

Kosik (1976) destaca neste mesmo sentido que o conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica- isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos- processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento objetivo dos fatos. Esta atividade que revela o conteúdo objetivo e o significado dos fatos é o método científico. Destaca ainda que a totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real significa: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é da fetichista e aparente objetividade do fenômeno e em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva.

Tese III “a práxis revolucionária como unidade da mudança do homem e das circunstâncias”: Marx enfatiza a prática revolucionária como práxis que transforma a sociedade e, com isso Marx opõe-se a concepção materialista anterior (materialismo tradicional) que compreendia que a transformação do homem era reduzida a um trabalho de educação de uma parte da sociedade sobre outra. Sua principal crítica a essa concepção se encontra no fato de que a transformação da sociedade ficava reduzido a uma questão meramente pedagógica e não pelo caminho prático revolucionário.

A mudança das circunstâncias não pode ser separada da mudança do homem, da mesma maneira que as mudanças que se operam nele- ao elevar sua consciência- não podem ser separadas da mudança das circunstâncias. Mas essa unidade entre circunstâncias e atividade humana, ou entre transformação das circunstâncias e autotransformação do homem, somente se realiza em e pela prática revolucionária (VÁZQUEZ, 2011, p.152).

Tese XI “da interpretação do mundo à sua transformação”: a filosofia deve relacionar-se com o mundo enquanto objeto de sua ação. A filosofia enquanto teoria não pode se desvincular da prática para se reduzir a mera visão, contemplação ou interpretação. Não se pode apenas interpretar é



necessário também transformar, no entanto, trata-se de transformar com base em uma interpretação. Essa interpretação não pode ser outra além de uma interpretação científica. A passagem da interpretação à transformação implica por sua vez numa revolução teórica que o marxismo deve levar a cabo com relação à práxis revolucionária do proletariado. A revolução proletária é a forma mais alta, historicamente, da práxis revolucionária concebida como um processo no qual se destacam três aspectos: a conquista do poder político, a organização do proletariado como classe dominante, e a utilização desse novo poder para transformar radicalmente o modo de produção.

É justamente desta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que, na qualidade de Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória e sobretudo, baseada nas classes, já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um destes conglomerados humanos e entre os quais há uma que domina todas as outras (MARX, 1996, p.48)

Toda classe que aspira à dominação, mesmo que essa dominação, como no caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e de dominação em geral, deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar o seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento (MARX, 1996, p.49).

Em Marx a práxis é revolução, que passa do plano teórico ao prático, a passagem da teoria à práxis revolucionária é determinada pela existência de uma classe social que é o proletariado. É preciso que o proletariado adquira a consciência de sua situação para lutar pela superação das condições que levam a sua degradação. Desta forma, Marx concebe a práxis como uma atividade humana, real e transformadora que em sua forma radical é a revolução. A atividade produtiva é uma práxis que por um lado cria um mundo de objetos humanos, mas que por outro lado produz um mundo de objetos nos quais o homem não se reconhece, o que Marx denomina de alienação. No entanto a alienação para Marx não se dá somente na relação sujeito e objeto, mas também na relação entre o operário e os outros homens (VÁZQUEZ, 2011).

Marx ao analisar as relações de produção que se estabelecem no sistema capitalista conclui que este sistema se reproduz em proporções cada



vez mais vastas a exploração do trabalho alheio, configurando num processo de alienação.

As forças produtivas aparecem como inteiramente independentes e separadas dos indivíduos. A única relação que os indivíduos ainda mantêm com as forças produtivas e com a própria existência- o trabalho- perdeu para eles toda aparência de auto-atividade e só conserva sua vida atrofiando-a (MARX, 1996, p.104).

A ideologia dominante tenta garantir, mediante um discurso homogêneo, a divisão social do trabalho. A hegemonia é a capacidade de direção cultural e ideológica que é apropriada por uma classe, portanto, a hegemonia da classe dominante tem sido garantida pela ideologia por ela criada e difundida. Essa formação da ideologia que o sistema capitalista exerce tem como objetivo assegurar sua exploração através dos meios econômicos. A dominação para os dominadores precisa ser mantida, para os dominados deve ser superada.

Finalmente, a divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjulga ao invés de ser por ele dominado. Com efeito, desde o instante em que o trabalho começa a ser distribuído, cada um, dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair (MARX, 1996, p.47).

Este poder estranho que Marx faz referência é produto de um processo de alienação que separa o homem do produto de seu trabalho. O trabalhador se converte em um escravo do objeto, pois quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, menos valioso ele se torna.

Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente confrateiro. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades (MARX, 1844, p.5).





A reflexão sobre as condições reais da vida possibilita ao homem tomar consciência de que pertence a uma determinada classe social no processo de produção da vida material e desta forma desvendar as contradições existentes no real. Enquanto alguns poucos podem usufruir dos bens produzidos materialmente, espiritualmente, culturalmente e artisticamente, a maioria está impossibilitada de usufruir destes bens devido a sua condição de classe explorada e expropriada dentro do processo capitalista.

A contradição não é apenas categoria interpretativa do real, mas ela própria é responsável pelo movimento do real. A realidade é sempre contraditória e dialética e a contradição sempre expressa uma relação de conflito do real, portanto, a contradição tem um aspecto criador à medida que ela obriga a superação. “Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios” (CURY, 1984, p.30).

Os homens, como sujeitos históricos, compreendem que estas relações de produção construídas por classes sociais podem ser modificadas por eles. Esta superação da realidade capitalista é determinada pelo nível de luta de classes, ou seja, pelas contradições que se estabelecem nas relações sociais.

Por isso mesmo o trabalho que por um lado nega o homem (alienação) por outro o afirma, na medida em que o produz como tal. O homem se encontra em um processo de produção de si mesmo, isto é, de humanização. O homem pelo trabalho humaniza a natureza e humaniza-se a si mesmo. (VÁZQUEZ, 2011).

A ciência é um produto da hominização e só pode aparecer nas fases superiores desse processo. A origem da ciência está, portanto, na necessidade da investigação aprofundada da natureza. Essas condições dizem respeito as formas de relações produtivas que o homem foi conseguindo travar com a natureza, e que se denomina trabalho. O trabalho é o modo pelo qual o homem começa a produzir o mundo para si e as condições de que precisa para viver (PINTO, 1979).



## **O método do materialismo histórico dialético e as políticas para a formação e para o trabalho dos pedagogos no Estado do Paraná**

Saviani (2007) destaca que a divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão na educação: uma destinada para a classe proprietária e outra para a classe não proprietária. Com o avanço das forças produtivas nas sociedades capitalistas impõe-se a exigência da escola generalizada a todos os membros da sociedade. Esse processo se consolida com a Indústria Moderna no contexto da Revolução Industrial. A indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria. Com o impacto da Revolução Industrial, os países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. A universalização da escola primária capacitou os trabalhadores para a integração no sistema produtivo equacionando o problema de atender a uma formação de mão de obra com um patamar mínimo de qualificação geral.

Neste sentido é preciso nos indagar: qual é a concepção que norteia a formação de professores para atuar na escola pública?

O trabalho do professor na sociedade capitalista tem sido marcado pela dissociação teoria/prática, há uma tendência em supervalorizar o saber prático e uma desvalorização do saber teórico. Abordagens como a do “professor reflexivo” e da “pesquisa ação” amplamente divulgadas na década de 1980 tem influenciado o pensamento educacional no contexto da formação de professores.

Segundo Facci (2004) tais abordagens têm contribuído para uma desvalorização do trabalho do professor, pois estão centradas na atividade cotidiana da sala de aula, na experiência do professor, na “autoformação” ficando o saber teórico e metodológico secundarizado. A formação do professor na perspectiva do Materialismo Histórico Dialético diferentemente de tais concepções postula a indissociabilidade da teoria e da prática. Nesta perspectiva a formação do professor como atividade autorrealizadora, como processo de autocriação assume a dimensão da totalidade na qual a teoria e



prática, apresentam-se como elementos indissociáveis. A emancipação do trabalho do professor só será possível pela apropriação do conhecimento, condição fundamental para a superação das condições de alienação.

A formação de professores na perspectiva da Pedagogia Histórico Crítica que encontra seus fundamentos no Materialismo Histórico Dialético compreende o professor como um agente decisivo no processo do ensino-aprendizagem e na apropriação do conhecimento. A valorização de seu trabalho segundo Facci (2004) consiste na superação do esvaziamento de seu trabalho, no resgate do que é próprio à sua função.

Neste mesmo sentido a formação do professor/pedagogo necessita de um forte embasamento teórico-prático de maneira a fornecer condições a este Profissional para atuar na consolidação de uma gestão educacional que promova a emancipação do trabalho pedagógico na escola pública. A gestão educacional implica na organização do trabalho pedagógico da escola pública, de forma a possibilitar a democratização do ensino, para que todos e não apenas alguns possam se apropriar dos conhecimentos sistematizados pela humanidade ao longo do processo histórico.

Kuenzer (2002) destaca que torna-se necessário superar a fragmentação do trabalho pedagógico que está diretamente ligado as formas de valorização do capital. A finalidade do trabalho pedagógico articulado ao processo de trabalho capitalista é o disciplinamento em conformidade com os processos de produção. O novo modelo de produção racionalizada colocado pelo capitalismo demanda a formação de um novo tipo de homem, trata-se de desenvolver “competências e habilidades” necessárias para atender o mercado de trabalho. O fundamento deste novo tipo de trabalho é o da fragmentação.

Moraes (2003) destaca que a versão mais atualizada sobre a formação de professores é a vinculada a “ideologia das competências”, pela qual o professor é colocado como principal responsável pela aquisição de seus conhecimentos, pela sua formação.

Em contraposição ao que vem sendo colocado a ANFOPE- Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação assume a defesa dos professores e enfatiza para a necessidade de uma política de formação e



valorização dos profissionais da educação que contemple a sólida formação inicial, condições de trabalho, salário e carreira dignas aos professores. Além disso, destaca que a formação continuada é um direito dos professores e é responsabilidade do Estado.

Em relação especificamente à formação do pedagogo com a aprovação da nova LDB 9394/96 inicia-se um novo processo de discussões sobre a formação do pedagogo. Tais discussões envolveram diferentes segmentos e dentre eles destaca-se a participação da ANFOPE. A identidade do curso de Pedagogia estava sendo colocada em questão. O problema ficou explicitado, quando essa lei criou o Curso Normal Superior destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental, o qual seria realizado nos Institutos Superiores de Educação (SCHEIBE, 2007). A LDB, em seu artigo 63, ao, incluir, dentre as tarefas dos Institutos Superiores de Educação, a manutenção do Curso Normal Superior destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental, “deu margem às especulações a respeito do curso de Pedagogia continuar ou não mantendo essa função, que já lhe era atribuída, o que veio à contribuir para o esvaziamento do curso de pedagogia e para as propostas que visavam retirar a base da docência dessa formação” (SILVA, 2006, p.76).

As associações de professores, os sindicatos e demais entidades envolvidas com o tema da formação dos educadores posicionaram-se contrariamente à criação dos Institutos Superiores de Educação, devido ao fato dessa formação ocorrer de forma aligeirada e barateada em espaços não universitários. A ANFOPE indicava que o lócus privilegiado da formação dos profissionais da educação para atuar na educação básica e superior seriam as universidades e suas faculdades, e ao retirar da universidade a formação do professor, retirava-se dele a formação do cientista e pesquisador, reduzindo-o a mero tarefeiro (SILVA, 2006).

Dez anos após a aprovação da LDB 9394/96, e após uma longa tramitação no Conselho Nacional de Educação, são homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, as quais foram instituídas



pelos Pareceres CNE/CP nº 05/2005 e CNE/CP nº 03/2006 e pela Resolução MEC/CNE nº 01/2006. Em seu texto o artigo 4º propõe:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Saviani (2012, p.56) destaca que as Diretrizes aprovadas apresentam uma ambigüidade, porque as funções de gestão, planejamento, coordenação e avaliação, próprias dos especialistas em educação, foram assimiladas à função docente, e consideradas como atribuições dos egressos do curso de pedagogia, formados segundo as Novas Diretrizes.

Neste mesmo sentido Kuenzer e Rodrigues (2006) destacam que a gestão e a investigação demandam ações que não podem ser reduzidas à docência que se caracteriza por suas especificidades e que “ensinar não é gerir ou pesquisar, embora sejam ações relacionadas”.

Por outro lado, Scheibe (2007) destaca que no cerne das discussões que problematizaram a definição das diretrizes para o curso de pedagogia, encontra-se a resistência do movimento dos educadores à proposta do modelo de formação instituído pela reforma educacional dos anos 1990. E que dois grandes princípios foram considerados fundamentais para o desenvolvimento de uma formação adequada: a docência como base dessa formação e a unidade da licenciatura e do bacharelado nos cursos de Pedagogia. A docência como base da formação insere-se na compreensão como ato educativo intencional voltado para o trabalho pedagógico.



## Considerações finais

Diante do estudo sobre o método e dos argumentos organizados neste trabalho, entendemos que o método do materialismo histórico dialético explicitado neste trabalho é a rica base possibilitadora do trabalho de pesquisa que pretende responder questões fundamentais a serem investigadas, a respeito da formação do pedagogo.

O debate acima nos coloca diante de uma importante questão: como formar o pedagogo para a docência, para a gestão e para a pesquisa, não secundarizando nenhum dos pontos. O pedagogo que assume o trabalho na escola pública no Estado do Paraná assume como uma de suas atribuições a organização do trabalho pedagógico. Esse profissional tem conseguido realizar o seu trabalho? Quais os fatores que tem dificultado a sua realização? Como garantir ao pedagogo a realização da especificidade de seu trabalho? Como superar as formas de degradação do trabalho impostas pelo capitalismo? Quais as possibilidades da construção de um trabalho emancipador para os pedagogos, professores e gestores na escola? Como efetivá-las?

## Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 16 abr. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2006, de 15 de maio de 2006**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)> Acesso em: 16 abr. 2014.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia Vigotskiana**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.



KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M.C.M. **Temas e tramas na pós graduação em educação**. Educação e Sociedade vol.26. Campinas, 2005.

KUENZER, A. Z. Trabalho pedagógico: da fragmentação à unilateralidade possível. IN: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, A. de S. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** Campinas, SP: Papirus, 2002.

KUENZER, A. Z.; RODRIGUES, M. de F. As **diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia**: uma expressão da epistemologia da prática. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/pedagogia/Textos/Acacia.htm>> Acesso em: 05 abr. 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I Fierbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K; ENGELS, F. **Antologia Filosófica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

MARX, K. **Uma contribuição para a crítica da economia política**. 1859. Disponível em: <<http://www.marxists.org>> Acesso em: 23 mar. 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1844. Disponível em: <<http://www.marxists.org>> Acesso em: 23 mar. 2011.

MORAES, M. C. M de. **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PINTO, A.V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCHEIBE, L. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia: trajetória longa e inconclusa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 43-62, jan./abr. 2007.

SILVA, C. S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales-Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.